

BC informa credores sobre pagamento

A negociação de novo acordo externo em janeiro foi o prato do dia, ontem, na ilha de Curupu

RUDOLFO LAGO
Enviado especial

SÃO LUÍS — O ministro interino da Fazenda, Mafíson da Nóbrega, esteve ontem com o presidente da República, José Sarney, por cerca de cinco horas no retiro do presidente na ilha do Curupu. De acordo com Mafíson, que almoçou na ilha com o presidente, o prato principal da conversa foi a dívida externa, sobre a qual o Brasil deve começar a negociar novo acordo no dia 11 de janeiro. Hoje ou amanhã, o Banco Central deverá enviar um telex às comunidades financeiras internacionais com os pontos que regerão o pagamento das parcelas de juros e do principal da dívida que vão vencer de 1º de janeiro até 31 de março.



Roque de Sá

Mafíson deixou dossiê com Sarney

De acordo com Mafíson, o pagamento dos juros da dívida está condicionado a um acordo feito na semana passada. O pagamento será em duas partes: no primeiro momento, o Brasil depositará US\$ 357 milhões e os bancos credores US\$ 714 milhões para pagamento dos juros vencidos entre outubro e 15 de novembro; uma segunda parcela, de US\$ 143 milhões pelo lado brasileiro e US\$ 286 milhões dos bancos credores,

envolve o pagamento dos juros de 16 de novembro em diante, totalizando US\$ 500 milhões para o Brasil e mais US\$ 1 bilhão de empréstimos dos bancos por seis meses.

Na conversa com Mafíson, o presidente pediu que a negociação siga um curso normal, dentro das mesmas diretrizes tratadas ainda no período de Bresser frente ao Ministério da Fazenda. De acordo com Mafíson, o presidente fará uma reunião assim

que chegar a Brasília com os técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central para estudar os pontos de negociação. Mafíson adiantou, entretanto, que o Brasil pretende discutir com os bancos credores um alargamento do prazo para o pagamento do principal da dívida, não confirmando se o novo prazo será de pelos menos 20 anos. Outra coisa que o Brasil pretende levar aos credores é o condicionamento das taxas de juros a algum tipo de salvaguarda, que muito provavelmente será a arrecadação brasileira com exportação. De acordo com Mafíson, "o Brasil deve ter salvaguardas que protejam a economia nacional e o balanço de pagamentos de variações bruscas, fora do controle dos administradores brasileiros. O Brasil não tem nenhum interesse em pagar ou limitar certos pagamentos por sua única e exclusiva vontade, mas não pode aceitar variáveis que decorrem de decisões que muitas vezes ou sempre estão fora do âmbito de controle da economia brasileira".

Até a sua volta a Brasília, o presidente Sarney terá uma outra leitura além do livro sobre a presença da Companhia de Jesus no Maranhão que vem lendo. Mafíson deixou com ele um dossiê preparado pelos técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central explicando a situação da dívida externa e as razões do Brasil dentro de sua pauta de reivindicações aos credores. Sem adiantar todos os pontos dessa pauta, Mafíson disse que ela terá entre seis a dez pontos de reivindicação.